Escrita íntima e retratos do poder: o diário de governo de Altino Arantes (1916-1924)

Robson Mendonça PEREIRA*

Resumo: A análise crítica da escrita auto-referente vem apresentando enormes possibilidades no âmbito da história política, pois permiti desvendar a natureza das atitudes e das ações dos atores políticos. Neste sentido, pretendo discutir o diário íntimo de Altino Arantes como registro íntimo e projeto autobiográfico. O autor inicia sua feitura quando da posse como presidente paulista em maio de 1916, registrando o cotidiano do círculo restrito do poder, produzindo apreciações interessantes sobre seus pares e momentos de reavaliação de seus atos. Reflete sobre seus sonhos, aspirações, os filhos órfãos de mãe, a saudade da falecida esposa. O diário assume ainda uma dimensão intelectual, pois seu autor discute idéias e projetos político-institucionais.

Palavras-chave: autobiografia; político intelectual; escrita de si.

Abstract: The critical analysis of the auto-referring writing comes presenting enormous possibilities in the scope of history politics, therefore I allowed to unmask the nature of the attitudes and the actions of the actors politicians. In this direction, I intend to argue the daily soul of Altino Arantes as close register and autobiography project. The author initiates its act when of the ownership as São Paulo president in May of 1916, registering daily of the restricted circle of the power, producing the interesting appreciations on its pairs and moments of reevaluation of its acts. He reflects on its dreams, aspirations, the children mother orphans, the homesickness of the dead wife. The daily one still assumes an intellectual dimension, therefore its author argues politician-institucional ideas and projects.

Keywords: autobiography; intellectual politician; writing of itself.

Introdução

A escrita de si assume uma importância cada vez maior na historiografia atual e especialmente para História Cultural no campo de análise das representações construídas por indivíduos na sua subjetividade, isto é, na forma como percebiam e atribuíam sentido a realidade vivida. Neste sentido, os registros privados de políticos (cartas, bilhetes, diários, etc.) constituem um denso manancial para o estudo do imaginário político de uma época para o qual historiadores, antropólogos e cientistas sociais têm se voltado em larga medida. A pesquisa histórica passou a utilizar muito recentemente as fontes privadas e as considerá-las como objeto de análise. Para Gomes (2004, p.10) isto suscitou todo um investimento téorico-metodológico novo, sistematizando um conhecimento acerca da guarda e uso dessas fontes.

Professor Adjunto do curso de História da Unidade de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus de Anápolis. Doutor em História pela UNESP/Campus de Franca.

Nesse mesmo sentido, Gomes discute o fascínio exercido pelos arquivos privados, que por sua natureza pessoal não destinada à publicidade "revelaria seu produtor de forma verdadeira". Avalia ademais a necessidade do historiador se "municiar dos nada novos procedimentos de críticas às fontes, guarnecidos com escolhas teóricas e metodológicas capazes de filtrar o calor, de maneira a não ter a boca queimada" (GOMES, 1998: p. 125).

A escrita auto-referencial surge no mundo ocidental no final do século XVIII, como uma prática de indivíduos comuns que passam a produzir uma memória de si. Como gênero literário, a biografia e a autobiografia, se difunde ao longo o século XIX, tendo como epicentro o continente europeu e os Estados Unidos. No caso do velho continente a reforma protestante e o iluminismo contribuíram para emancipar o indivíduo da tradição herdada do Antigo Regime, possibilitando o exercício do exame de consciência pessoal sem a sanção exclusiva da autoridade grupal. Na América do Norte, nascida sob o signo da modernidade ocidental, destaca-se a extrema importância dada ao registro pessoal e a reminiscência como elemento de afirmação da individualidade.

Segundo Calligaris (1998: p.22-4), o romance e a autobiografia podem ser considerados "gêmeos quase siameses", pois a biografia empresta do romance a narrativa adequada os modelos de vida que procuram dar certa coerência aos eventos de toda uma vida. Neste sentido, insere-se uma preocupação com a questão da veracidade dos fatos ao qual o registro autobiográfico parece corresponder. A noção de uma relação intrínseca entre subjetividade e verdade parece provir da concepção de que a autobiografia consistiria em um tipo de representação do sujeito, relação que Calligaris (1998: p.48-9) considera ingênua. Este afasta a idéia de que o sujeito possua um conteúdo a ser representado, uma vez que se encontra numa condição de esvaziamento construída por ele mesmo ao recusar o próprio destino e/ou essência decididos pela tradição.

O sujeito estaria convencido de ser o autor de seu discurso, e não um mero espectador. Essa consciência do sujeito capaz de produzir a si próprio, da capacidade de conduzir seu próprio destino, transfere toda sua força ao texto autobiográfico. Calligaris adota a concepção formulada por Georges Gusdorf de "ato autobiográfico", definido como algo historicamente dado, uma vez que a autobiografia representaria ao mesmo tempo a saída de uma sociedade tradicional e o "sentimento de história como aventura autônoma, individual" (1998: p.20-1).

Para Gomes, essa tentativa do indivíduo de construir uma identidade para si através de seus documentos, constitui então uma emergência histórica em contraste com as sociedades tradicionais que tendiam a se sobrepor aos interesses individuais, reprimindo sua manifestação (GOMES, 2004: p.12). Porém, no contexto da sociedade moderna, o indivíduo

desempenha uma série de papéis sociais sobrepostos e geralmente desarmônicos, que dificultam enfim a construção de uma identidade coesa. Neste sentido, podemos afirmar que a produção de si constitui uma forma de se proteger da fragmentação do eu na vida moderna.

Ao analisarmos especificamente os arquivos pessoais de políticos e intelectuais devemos nos atentar para os procedimentos de guarda e organização dos registros mantidos por estes indivíduos. Priscila Fraiz utilizou o conceito de *meta-arquivo* ao desvendar os meandros do arquivo privado de Gustavo Capanema, homem público pertencente ao alto escalão burocrático do Estado Novo varguista (FRAIZ, 1998: p.61).

No contexto brasileiro o diário pessoal e a escrita íntima praticamente inexistiram como gênero literário por longo período, e neste tópico Cabral de Mello aponta como possíveis fatores explicativos: o baixo nível educacional que prevalece até as primeiras décadas do século XX, dificultando o exercício da escrita pessoal e a ausência de uma "cultura da vida privada" nos países de colonização ibérica, ao contrário daqueles de cultura protestante que a desenvolvem precocemente (MELLO, 1998: 386-8).

Maria Helena Machado, cuja análise recaiu justamente sobre um diário íntimo, o do general José Vieira Couto de Magalhães, personagem do Segundo Império com participação ativa na vida pública brasileira, aponta para aspectos análogos ao afirmar que a raridade desse tipo de fonte histórica (MAGALHÃES, 1998: p.21).

Deduz-se disso a importância assumida pelos diários íntimos, algo que se torna mais contundente no caso de personalidades públicas, seja por envolver apreciações privadas pouco comuns, ausente mesmo na documentação epistolar do personagem, revelando circunstâncias especiais, momentos de hesitação e incertezas que tingem de veracidade os eventos vividos. Desenvolve-se assim uma "imagem da vida interior", produto da meditação constante com o qual o indivíduo refaz sua própria biografia, para si mesmo e para os outros (CALLIGARIS, p.46).

Na verdade, poucos políticos brasileiros legaram a posteridade o registro de suas memórias e de sua vida cotidiana. Um caso interessante constitui o diário de Getúlio Vargas, pesquisa que envolveu um extenso trabalho de transcrição dos manuscritos originais por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas. Em sua apresentação Celina do Amaral Peixoto (1995, p.VII-XIII) classifica o diário de Vargas como estritamente "pessoal" por se tratar de "guia para a própria vida" de seu autor, diferenciando-se do diário íntimo, separando vida pública e vida pessoal. O contrário ocorre no diário de Altino Arantes, como iremos demonstrar mais adiante, no qual as dimensões da política e da intimidade parecem se conduzir num mesmo sentido, até o ponto de se complementarem.

Um jovem político em ascensão na Belle Époque paulistana

A análise da escrita de si produzida por atores políticos possui sua especificidade, como apontamos anteriormente, merecendo um tratamento metodológico diferenciado quanto ao tipo de material e as intenções subjacentes de seu autor.

O diário redigido por Altino Arantes entre 1916 e 1924, cobre em boa parte a fase em que esteve à frente da presidência de Estado de São Paulo. Esse material encontra-se sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo no setor destinado aos arquivos privados.¹

A respeito da biografia de Altino podemos dizer que iniciou sua carreira profissional e política entre o final da década de 1890 e o início do século XX, em Batatais, localidade entranhada no nordeste paulista e muito próxima a cidade de Ribeirão Preto, maior pólo mundial de produção cafeeira da época. Nascido em 1876, era filho de um importante coronel e negociante de "fazendas, secos e molhados" na localidade.

Altino contou com o apoio e influência de sua tradicional parentela, posteriormente reforçada através dos fortes laços com o grupo dos Junqueiras de Ribeirão Preto. Em especial ligou sua carreira a do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o famoso "Quinzinho", que conseguiu a indicação para chapa oficial do PRP na eleição para deputado federal para legislatura 1906-1908 (PAZIANI, 2004). Altino mal contava com trinta anos de idade e já se destacava no plenário do Congresso Federal na defesa do importante Acordo de Taubaté que permitiria o financiamento da produção cafeeira cessando as crises freqüentes no setor. Seu sucesso o levaria a reeleição para novo mandato. Durante o governo estadual do Conselheiro Rodrigues Alves (1912-1916), foi secretário do Interior e acabaria se tornando um dos mais fiéis defensores do político de Guaratinguetá. Uma série de circunstância favoráveis, entre elas o falecimento do titular da chapa oficial do Partido Republicano Paulista para chefia do Estado, levaria Altino, após disputas internas no qual prevaleceu a escolha pessoal do "conselheiro" que o indicou para disputar o cargo (EGAS, 1927, v.2: p.481).

Essa trajetória pouco nos diz a respeito dos percalços encontrados por Altino, os bastidores da política partidária e da administração pública também não podem ser deduzidos simplesmente desse rol de fatos e eventos oficiais. Faz-se necessária a consulta aos arquivos pessoais que revelam uma tentativa de esboço autobiográfico por parte de seu autor, permeada de impressões críticas sobre si mesmo e na avaliação de atos de outrem como iremos expor mais adiante.

_

¹ AESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo). Arquivo Privado Altino Arantes (APAA).

Um retrato dos meandros da política paulista na Primeira República

A partir de sua posse como presidente paulista, Altino Arantes manteve um registro diário de suas atividades na presidência do Estado. Por meio de suas anotações, é possível verificar os bastidores da política estadual, os acertos e acordos firmados com o círculo de poder, que incluía além do seu secretariado, os membros da Comissão Central e as principais lideranças no legislativo.

O autor descreve em seu diário como era o cotidiano e a intimidade do presidente de Estado. Realizava costumeiramente reuniões e jantares no Palácio dos Campos Elíseos, ambiente onde os membros da comissão central do partido discutiam os imbróglios administrativos e realizavam acertos políticos, mas onde recebia familiares e amigos para uma conversa mais descontraída.

Significativo é o trecho no qual Altino comenta sobre banquete realizado nos Campos Elíseos que se seguiu a sua primeira reunião com o secretariado de governo:

Compareceram o Vice-presidente, os secretários, os Presidentes da Câmara e do Senado Estaduais, os membros da Comissão Diretora, as minhas Casas Civil e Militar. O serviço, feito pelo Pádua [Salles], correm tant bien que mal. Brindes simples e cordiais, banida qualquer preocupação de fazer discurso... Terminado o jantar e retirados convivas (entre os quais ia-me esquecendo de computar o Prefeito Municipal), ... (AESP. APAA. Locus: AP91.01.001. Vol.1. [2/5/1916])

Interessante que menciona especialmente a presença do "prefeito" Washington Luís, conterrâneo de Batatais, pois tiveram carreiras paralelas e mantinham uma intensa relação de amizade e muitas vezes de ásperas discussões.

A elite política se reunia para o lançamento oficial de candidaturas do PRP e comemorações na *Rôtisserie Sportsman*, próximo ao recém-inaugurado Belvedere Trianon da avenida Paulista. Os saraus promovidos pelo senador Freitas Valle na sua *Villa Kyrial*, um dos raros salões literários existentes na capital, despertavam imenso interesse. A *Villa* constitui verdadeiro ponto de encontro da nata de escritores, artistas e intelectuais paulistanos durante a *Belle Époque* (CAMARGOS, 2001: p.40-1). Valle realizava certames culinários e de degustações. Fundou, inclusive, a "Ordem dos Gourmets", composta quase exclusivamente pelo alto escalão do governo paulista: Washington Luís, Carlos de Campos, Rodrigues Alves, Altino Arantes e Júlio Prestes (CAMARGOS, 2001: p.73-4).

Altino registrou em dois momentos suas impressões sobre o famoso salão-residência do senador Freitas Valle que confirmam sua presença como frequentador privilegiado:

Em automóvel, faço um pequeno giro até a Vila Mariana ou, mais precisamente, até a Villa Kyrial, onde encontro o Freitas Valle (credite, posteri!) em companhia das filhas somente. A alegre e ruidosa (corte) dos artistas estava de férias forçadas por falta de cozinheira idônea, na altura dos créditos e das responsabilidades da casa, onde se criam e se debatem as complicadas teorias dos sub-sabores e da contagem e classificação das papilas linguais.... (AESP. APAA. Locus: AP91.01.001. v.1. [31/7/1916])

O prefeito Washington bancava o anfitrião em eventos esportivos, desfiles militares, *raids* automobilísticos, exibição de aeronaves, exposições e inaugurações suntuosas. Nesse convívio diário, fortalecia sua influência tornando-se uma espécie de "protegido" de Altino Arantes. Por isso, em seu Diário Íntimo, é comum a ocorrência de episódios em que o presidente intervinha pessoalmente em favor de Washington.

Um assunto que mereceu destaque no diário, ocupando várias páginas, se deu no início do governo de Altino. Percebendo as dificuldades para reeleger-se para mais um mandato, Washington resolveu se arriscar, sugerindo ao presidente Altino a votação de uma lei estadual que estabelecesse o pleito direto:

Este fala-me sobre a oportunidade de ser agora votada uma lei, estabelecendo a eleição direta do Prefeito, no Município da Capital; assunto para o qual marco uma conferencia com o Mario Tavares, amanham (AESP. APAA. Locus: AP91.01.001. v. 1. [21/7/1916]).

Altino consultou a cúpula do partido quanto à proposta, que acabou dividindo as opiniões: Jorge Tibiriçá considerava a idéia razoável, mas temia pela recondução do prefeito (v.1, 1916: 22/7/1916); Albuquerque Lins, Olavo Egídio, Lacerda Franco e Mario Tavares mostraram-se contrários ao alvitre, porém, favoráveis à nomeação do Presidente de Estado, garantindo assim o controle político perrepista na capital (v.1, 1916: 24 e 29/7/1916); outros receavam o fortalecimento do atual prefeito, expresso por Cardoso de Almeida: "... uma vez senhor da Prefeitura por mais três anos, nos seria um companheiro exigente e caprichoso, acarretando, por isso, constantes e sérias dificuldades para a administração" (v.2, 1916: 17/8/1916).

Mesmo com essas contrariedades, Altino resolveu autorizar a elaboração do projeto de lei, estabelecendo a eleição direta do prefeito da capital. A ausência de unanimidade dominou os debates, com a apresentação de emendas e uma votação conturbada. Apesar dos desentendimentos, o projeto foi aprovado em tempo hábil. No entanto, outro entrave surge dentro da própria municipalidade, levantado pelo vereador oposicionista Joaquim Marra,

segundo o qual haveria sérias restrições à realização de um pleito direto por parte da edilidade (v.2, 1916: 28/08/1916).

O presidente tomou providências rápidas, solicitando a seu líder Olavo Egídio que impedisse qualquer manifestação por parte da edilidade paulistana, uma vez que a abertura de um novo flanco de ataques comprometeria definitivamente o projeto de eleição direta (v.2, 1916: 30/8/1916). O projeto teve sua redação final aprovada e convertido em lei. Comprovase a força do chefe do executivo estadual e do partido, Altino deu a Washington não somente a eleição para um novo mandato como prefeito, mas o faria seu sucessor em 1920 a despeito das vozes contrárias.

Registros privados de uma vida pública

Na abertura do primeiro volume de seu diário, Altino faz a seguinte advertência:

Si alguém, entretanto, der por qualquer forma, publicidade a ele ou a este caderno e aos que a ele seguirem, em todo ou em parte, – terá traído o meu pensamento e contrariado formalmente a minha vontade, que, neste caso aqui ficará para sempre consignada como um protesto... AESP. APAA. Locus: AP91.01.001. vol.1. [Preliminar].

O argumento do autor de que o conteúdo do diário não constitui matéria passível de publicidade, por constituir-se em registros de interesse estritamente privado, parece não condizer com a própria natureza do "ato autobiográfico". Calligaris (1998) considera uma ingenuidade esse tipo de afirmação uma vez que a intenção subjacente do autor de textos autobiográficos seria a de ficcionalizar sua própria vida com o objetivo de construir uma imagem mais apropriada de sua personalidade.

Altino valia-se da sinceridade do registro autobiográfico, com todo seu efeito de veracidade não comprometida com a verdade factual, para manifestar sem as interdições próprias das relações sociais, consignando opiniões a respeito de seus próprios atos ou de seus pares. Ao considerarmos a necessidade moderna que os sujeitos têm de comporem sua imagem, podemos afirmar que Altino procura em seu texto caracterizar-se ao mesmo tempo como um devoto e como um político honesto.

Ao longo do trecho introdutório Altino revela, entre outras coisas, que mantinha o hábito de escrever diários desde sua adolescência, e que guardara em especial um caderno que se relacionava com a esposa falecida antes de sua posse na presidência. Aliás, abundam as

reminiscências que tem como mote sua esposa, constituindo tema constante nos seus registros a rivalizar com assuntos ligados aos problemas administrativos e à política em geral.

O apelo para os sentimentos de forte fervor católico, as constantes visitas ao túmulo da esposa, a ida quase diária a missas, a reza infindável de rosários, a mortificação constante. Esse traço parece bastante incomum se levarmos em conta a formação e o ideário da elite política paulista, cujos membros compartilhavam das idéias positivistas, liam as obras de Spencer, freqüentavam as lojas maçônicas, enfim percebiam o mundo de uma perspectiva mais racionalista e pragmática (LINS, 1967: p.167-8). Pesava talvez para Altino a orientação jesuíta, mantendo contato freqüente com seus antigos mestres do Colégio de Itu.

Na descrição do momento da posse do cargo de presidente de Estado, em 1º de maio de 1916, Altino parecia imbuído de sentimentos contraditórios: manifesta surpresa e embevecimento diante do poder que lhe era conferido naquele instante, enquanto, se ressentia da ausência da esposa diante do momento mais importante de sua vida:

Mas quanto me dói que à inesquecível companheira dos melhores quinze anos da minha existência, que a minha fiel e doce Maria não esteja ao meu lado para compartilhar do meu triunfo! Ela, que só pensava e sentia através do meu sentir e do meu pensar! Ela que exultava nas minhas alegrias e chorava nos meus pesares! Ela que, mais que ninguém, confiava na minha capacidade e antevia os sucessos de minha carreira! Ela, a encantadora visionaria que — ao passar comigo diante do Palácio dos Campos Elíseos — murmurava, embevecida, aos meus ouvidos, num carinhoso sorriso de invencível confiança: nossa casa! ... (AP91.01.001. v.1: 1°/5/1916)

Percebe-se assim uma mistura ou entrelaçamento de situações públicas com reminiscências íntimas e pessoais, definindo algo que é bastante característico neste tipo de escrita de si.

Apesar de Altino promover a construção de uma auto-imagem de cristão devoto ao interpretar sua vida como imbuída de missão e sacrifício, isto não o impediu de ascender politicamente, pois compartilhava do universo de valores de seu grupo social, ajustando-se as práticas comuns ao período influindo como chefe do executivo no livre jogo do favor e da advocacia administrativa, além de conduzir um processo em curso de modernização do aparelho estatal paulista.

Adentramos em outro nível da descrição de Altino, o da concepção da imagem de político honesto, imbuído de um sentimento de dever público. Pode-se perceber este aspecto no anuncio que fez das normas de conduta de seu governo durante a primeira reunião de Altino com seu secretariado em 2 de maio de 1916.

Em seguida a conclamação de apaziguamento político, o presidente Altino avança em aspectos que considera centrais para orientação da ação de seu governo:

Administrativamente, quero a execução inescrupulosa e integral da minha plataforma, especialmente no quis respeito à economia dos dinheiros públicos. (...) É necessário, outrossim, extinguir, aos poucos, nas diferentes repartições a numerosa classe dos empregados extranumerários ou <u>encostados</u>, limitando-se, assim, o pessoal de serviço nos aos quadros regulamentares. Quanto à imprensa, sou pela abolição do sistema de jornais subvencionado: que se auxilie, de vez em quando, com publicações úteis e oportunas as folhas amigas; (...) (AP91.01.001, v.1: 2/5/1916)

No programa apresentado destaca-se a austeridade nos gastos públicos por meio de uma reforma administrativa. Altino se mostra irredutível no que tange a subvenção oficial de órgãos da imprensa, mas admite o apoio "as folhas amigas" e continuaram as práticas de empastelamento comuns durante a greve anarquista de 1917.

Considerações Finais

Diários e autobiografias políticas constituem documentos de importância significativa para revisão da historiografia brasileira. Nestes podemos visualizar os entrecruzamentos das esferas pública e privada para compreensão das práticas políticas em seus meandros na conformação do estado nacional na Primeira República que assume características patrimonialistas.

Quanto aos eventos e fatos mencionados ao longo do diário procuramos pensá-los em termos da versão oficial, a versão histórica e uma versão construída pelo autor, em termos de uma representação personalizada que se sustenta na aparente sinceridade e autenticidade do depoente. Dessa maneira tivemos que ampliar nosso referencial metodológico a fim de entendermos a especificidade da fonte cujas características a aproximam da autobiografia (a fala se si mesmo). A leitura dos textos de Ângela de Castro Gomes, Priscila Fraiz, Phillipe Artières e outros tem contribuído para uma análise mais acurada do "diário íntimo" como um objeto com características muito próprias.

A mescla de reminiscências pessoais e íntimas a eventos públicos de significativa importância no período, enfim a mistura da esfera privada com a esfera pública aparece em sua inteireza nas falas autobiográficas, quanto mais em um diário de governo de um político como Altino Arantes que esboçava uma dimensão intelectual (era membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Academia Paulista de Letras, do qual seria presidente).

Destacamos essa especificidade da fonte como de fundamental importância para compreensão da mentalidade da elite política da Primeira República, seus valores, ambições,

visões de mundo, percepção em relação a outros grupos sociais rivais e subalternos na sociedade paulistana dos anos 1910 e 1920.

Referências bibliográficas

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. In: *Estudos Históricos*. CEPEDOC/FGV, v.11, n.21, Rio de Janeiro, 1998, pp. 43-58.

CAMARGOS, Márcia. *Villa Kyrial*: crônica da *Belle Époque* paulistana. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

EGAS, Eugênio. *Galeria dos presidentes do Estado de São Paulo e vice-presidentes*. Período republicano 1889-1920. São Paulo: Seção de obras d' "O Estado de S. Paulo", 1927.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos Arquivos pessoais.: o Arquivo de Gustavo Capanema. In: *Estudos Históricos*. CEPEDOC/FGV, v.11, n.21, Rio de Janeiro, 1998, pp. 59-86.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do Feitiço: o historiador e os encantos dos Arquivos Privados. In: *Estudos Históricos*. CEPEDOC/FGV, v.11, n.21, Rio de Janeiro, 1998, p.121-7.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2004, p.7-24.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Diário Íntimo*. Organização de Maria Helena P. T. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: NOVAIS, F. (coord.-geral), ALENCASTRO, Luiz Felipe (org. do volume). *História da vida privada no Brasil*: Império: a corte e a modernidade nacional. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do Positivismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, pp. 167-8

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. Franca, 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista.

GETÚLIO Vargas: diário. Apresentação de Celina do Amaral Peixoto; Edição de Leda Soares [Pesquisadores: Maria Celina D`Araujo, Regina Luz Moreira e Ângela de Castro Gomes]. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2v. il.